

Falsificar remédio pode dar 15 anos de prisão

Adulteração de medicamentos e de produtos alimentícios foi incluída pelo Senado entre os crimes hediondos contra a saúde pública. Projeto agora será enviado ao presidente da República para sanção



O plenário votou a proposta, que não estava na pauta, em caráter de "urgência urgentíssima"

Quem falsificar remédio pode ser punido com 10 a 15 anos de reclusão. A pena foi fixada em projeto aprovado ontem pelo Senado e encaminhado à sanção presidencial. Os responsáveis por adulteração de alimentos ficam sujeitos a pena que varia de quatro a oito anos de reclusão. Aprovada pela manhã na Comissão de Justiça e apreciada à tarde pelo plenário em regime de "urgência urgentíssima", a proposta inclui os dois tipos de crimes entre os classificados como hediondos. **Página 3**

Desemprego cai, prevê Malan

Em entrevista à TV Senado, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, previu que a taxa de desemprego no Brasil deve cair nos atuais 8% para menos de 7%.

Página 7

Congresso aprecia hoje a LDO

O Congresso Nacional se reunirá hoje, às 18h, para discutir e votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O presidente da Comissão de Orçamento, senador Ney Suassuna, propôs um substitutivo ao projeto do governo, no qual são feitas alterações à proposta original.

Entre as mudanças, Suassuna incluiu demonstrativos considerados por ele essenciais para que o Congresso analise o Orçamento do próximo ano.

Fazem parte dos demonstrativos, caso seja aprovado o substitutivo, gastos do Tesouro com salvamento de bancos, federalização das dívidas estaduais e securitização das dívidas agrícolas.

O Congresso só pode iniciar o recesso legislativo de julho após a votação da LDO.



Na reunião da manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos acolheu pareceres favoráveis aos empréstimos

Ajustes estaduais terão R\$ 17,3 bi

Dez operações de empréstimo e refinanciamento de dívidas de seis estados, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, foram aprovadas ontem pelo plenário do Senado. As operações autorizadas somam R\$ 17,3 bilhões. Desse

total, mais da metade (R\$ 9,4 bilhões) se refere ao Rio Grande do Sul. Os pareceres favoráveis às operações foram acolhidos de manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos. O plenário autorizou também recursos para o Paraná investir em moradia popular e saneamento. **Página 5**

Aprovado fim do cargo de censor

PÁGINA 3



A descontração foi a marca do encontro de Antonio Carlos com os ministros

Agenda

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

9h30 - Participa de cerimônia comemorativa do quarto ano do Plano Real e do lançamento da nova família de moedas do real. *Centro de Formação do Banco do Brasil - Setor de Clubes Esportivos Sul - Trecho 2 - Edifício Presidente Tancredo Neves*
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
 Pauta: *PLS nº 77/98-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada da Grande Teresina e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina, no estado do Piauí.
18h - Sessão do Congresso Nacional para apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

COMISSÕES

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; *PLC nº 61/97, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; *PLS nº 110/95, que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; *PLS nº 147/96, que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educativo; *PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação a distância; *PLS nº 234/97, que inscreve os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Conjunção Baiana de 1798, no Livro dos Heróis da Pátria; *PLS nº 127/96, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais; *PDL nº 38/98, que aprova o ato que renova a concessão de defesa à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Vicente-SP; *PDL nº 34/98, que aprova o ato que renova a concessão de defesa à Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, para explorar serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens na cidade de São Paulo-SP; *PDL 124/95, que renova a permissão outorgada à Rádio Riviera Ltda. posteriormente transferida à Rádio Terra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia-GO; *PDL nº 66/98, que aprova o ato que renova a concessão de defesa à Rádio Mirador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio do Sul-SC; *PDL nº 54/95, que aprova o ato que

outorga permissão à Rádio FM Canavial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Redenção-CE; *PDL nº 39/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guararema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José-SC; e *PDL nº 36/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto-SP. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no ato das disposições transitórias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - Factoring; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935, de 18/11/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal dispor sobre serviços notariais e de registro; *PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento - Conade; *PEC nº 43/96, que altera o art. 45 da Constituição (eleitoral distrital misto); *PLS nº 171/96, que estabelece normas de acesso ao Sifai e outros sistemas de informações de órgãos públicos; *PLS nº 252/96, que inclui as pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas, no rol de beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida pela Lei nº 8.009, de 29/3/90; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 38/97, que torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária, dos candidatos nas cédulas eleitorais e painéis de urnas eletrônicas; *PEC nº 12/96, que altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Sombras de Julho*, de Marco Altberg. Auditório Petrônio Portella

PREVISÃO DE TRABALHOS

Quinta-feira (02.7.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 22/98, que aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBT, concluído em Nova York, em 1966.

Ministro da Saúde pede apoio para a prorrogação da vigência da CPMF

Presidente do Senado recebe Malan e Serra

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Saúde, José Serra, acompanhados do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso. Malan, que esteve na Casa para uma entrevista à TV Senado, fez uma visita de cortesia a Antonio Carlos. Já o encontro com o ministro Serra teve como tema as gestões para prorrogação

da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) a partir de 99, bem como a tramitação da proposta de emenda constitucional que vincula recursos do orçamento da seguridade social a investimentos na área de saúde. Segundo o ministro, a troca de idéias foi rápida e não teve caráter conclusivo. O projeto da emenda que vincula recursos à saúde está atualmente na Câmara dos Deputados.

Emília quer aperfeiçoar a proposta de reajuste do MEC

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) dirigiu ontem um apelo aos membros do Congresso Nacional no sentido de que avaliem melhor e aperfeiçoem a proposta do Ministério da Educação (MEC) que reajusta gratificações dos docentes do ensino público superior. O projeto encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados e pode ser votado ainda nesta semana, alertou.

Segundo Emília, além de "insuficiente e de não contribuir para se buscar uma solução para a greve", a iniciativa demonstra claramente a tentativa do Executivo "de confundir a opinião pública e fugir de suas responsabilidades diante da crise das instituições federais de ensino superior". De acordo com a senadora, a proposição tenta encobrir o verdadeiro objetivo do governo Fernando Henrique,

que é de privatizar o ensino público superior. Para isso, afirma, o Executivo "desmonta e sucateia as universidades e desvaloriza os professores".

Emília Fernandes lembrou que, como integrante da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, tem acompanhado o desenrolar das negociações entre o governo federal e os grevistas do ensino público nos últimos 90 dias, concluindo que a atitude do Executivo é de "completo desleixo com o aviltamento imposto aos salários dos professores, congelados há mais de três anos". A seu ver, o corpo docente das 52 universidades públicas brasileiras tem boa qualificação, mas o fato é ignorado pelo governo, que "impõe uma profunda queda na qualidade de vida dos professores universitários".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

César Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Arruda diz que emenda vai corrigir distorção

A efetivação de empregados de estatais cedidos à administração direta há mais de dez anos corrigirá uma distorção da máquina pública e é uma questão de justiça. Com esse argumento, o autor da proposta de emenda constitucional sobre o assunto, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), defendeu-a ontem, em seu último dia de discussão.

Conforme o substitutivo aprovado na CCJ, apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), os empregados de autarquias e fundações, cedidos à administração direta há pelo menos cinco anos seguidos, também poderão optar pela efetivação como servidores públicos, sem concurso.

Os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e Joel de Hollanda (PFL-PE) também argumentaram favoravelmente à proposta. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM), por sua vez, já antecipou o voto contrário, observando que a PEC seria "de constitucionalidade duvidosa".

Arruda enfatizou que a distorção incide negativamente sobre áreas importantes da administração, como a Receita Federal. Segundo ele, os servidores a serem beneficiados pela PEC "há mais de dez anos foram contratados pelo Serpro, onde não trabalharam um só dia", pois foram colocados à disposição dos ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Para Jefferson Péres, no entanto, "o Senado está aprovando com muita facilidade matérias que ferem a Constituição, com o beneplácito da CCJ".

Na opinião de Geraldo Melo, a PEC respeita explicitamente a regra constitucional.

Para Joel de Hollanda, na efetivação não há "benesse ou facilidade, apenas correção de distorções".

Projeto que muda a classificação e aumenta as penas dos delitos de falsificação e adulteração de medicamentos foi incluído por acordo na pauta de votações e aprovado pelo Senado

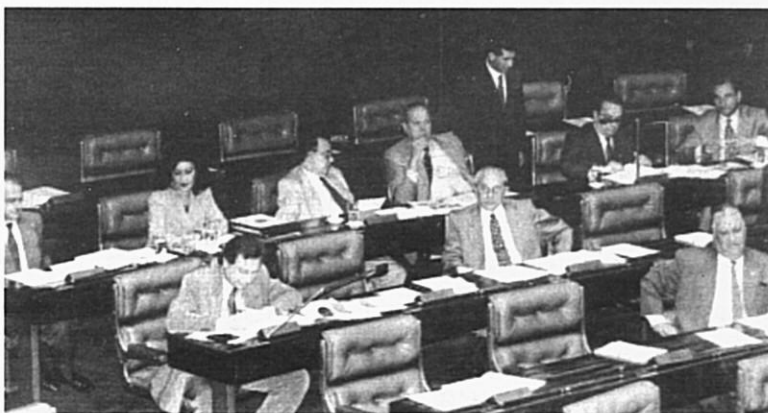
Fraude em remédios e alimentos passa a ser crime hediondo

A falsificação e a adulteração de medicamentos e de substâncias ou produtos alimentícios destinados ao consumo foram incluídas ontem, pelo plenário do Senado, na classificação dos delitos considerados como crimes hediondos contra a saúde pública. As penas para esses tipos de crimes foram significativamente ampliadas.

O projeto não constava da Ordem do Dia de ontem, mas, por iniciativa do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, com a concordância do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), e a autorização do plenário, foi incluído na pauta. Para Cabral, a urgência urgentíssima era um clamor da sociedade. O projeto foi aprovado na manhã de ontem pela CCJ.

Originária da Câmara, a proposta altera seis artigos do Código Penal — artigos 272 a 277 — e, por ter sofrido apenas uma emenda de redação no Senado, irá à sanção presidencial.

No seu parecer favorável, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a proposta, pois, "infelizmente, a quantidade de falsificações e adulterações de alimentos e medicamentos tem aumentado expressivamente em nosso país, sujeitando a população brasileira à ação delituosa de



Plenário decidiu votar ontem a proposta, que não constava da Ordem do Dia, diante do "clamor da sociedade"

um sem número de malfetores que atentam contra a saúde e a dignidade do ser humano". Com a sofisticação das ações criminosas, a alteração do Código Penal é necessária, na opinião do senador, para incluir tipos de ações não previstos na lei e tornar as penas mais rigorosas.

Pelo projeto aprovado, a falsificação, corrupção, adulteração e alteração de medicamentos, punidas com um a três anos de prisão, passam a estar sujeitas à pena de dez a 15 anos de prisão. O emprego de processo proibido ou de substância não permitida no fabrico de um produto também teve sua pena ampliada, de

detenção de um a três meses para reclusão de um a cinco anos.

A discrepância entre o rótulo e o conteúdo de medicamentos e alimentos passa a ser punida com um a cinco anos de reclusão, enquanto a redução do valor nutritivo de substâncias e alimentos, considerada ilícito penal, fica sujeita à pena de quatro a oito anos de reclusão. Realizadas em bebidas, alcoólicas ou não, essas ações criminosas receberão idêntica penalidade.

Destacando a oportunidade do projeto aprovado, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Emília Fernandes (PDT-RS) manifestaram sua indignação com o caso

dos anticoncepcionais de farinha distribuídos pela Schering do Brasil. Simon e Melo elogiaram a resposta energética dada ao caso pelo ministro da Saúde, José Serra. No entanto, o senador gaúcho também disse temer que a nova lei não seja cumprida, e sugeriu que os presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal, da Câmara e do Senado se reunissem para elaborar uma nota conjunta com a dureza necessária e um elenco de providências imediatas. Para José Roberto Arruda (PSDB-DF), a aprovação do projeto é "uma resposta objetiva aos reclamos indignados da sociedade".

Plenário extingue o cargo de censor

O plenário do Senado aprovou ontem, na sessão da tarde, em regime de urgência, projeto que extingue o cargo de censor federal. Os atuais censores serão enquadrados na função de perito federal ou delegado da Polícia Federal.

O projeto recebeu parecer favorável do relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Beni Veras (PSDB-CE), que obteve apoio da comissão, em reunião realizada na manhã de ontem. De acordo com a proposta, que agora será encaminhada à sanção presidencial, para



Beni defendeu novo enquadramento

se tomarem delegados os censores terão de possuir diploma de bacharel em Direito, além de concluir curso específico organizado pelo Departamento de

Polícia Federal.

Em seu parecer, Beni Veras lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) veta a investidura em cargo público sem concurso público. Mas citou o voto do ministro Marco Aurélio, do mesmo STF, segundo o qual a própria Constituição, nas Disposições Transitórias, manteve a exceção da obrigatoriedade do concurso público para o aproveitamento dos censores federais. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) absteve-se na votação da

CCJ devido a esse ponto.

Beni Veras observou que o enquadramento em nova função não acarreta aumento de despesa, pois são idênticas as remunerações dos cargos que compõem a carreira de Polícia Federal. Ele também não viu problema no fato de a matéria ser de iniciativa privativa do presidente da República, já que o substitutivo aprovado pela Câmara praticamente repete o projeto do Executivo sobre o assunto, que tramitou em conjunto com o projeto aprovado pela CCJ.

Rejeitado acompanhamento do TCU na venda da Telebrás

O requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que solicitava ao Tribunal de Contas da União (TCU) o acompanhamento do processo de privatização do Sistema Telebrás foi rejeitado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta de Suplicy teve o apoio dos senadores peemedebistas Ney Suassuna (PB) e Pedro Simon (RS).

Segundo Suplicy, seu pedido estava baseado em sugestão do próprio ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que rejeitou proposta – formulada



Suplicy: sugestão do ministro

pelo candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva – de que uma comissão indicada pelo governo e pela oposição estimasse o valor da Telebrás.

Comissão libera Letras do Tesouro de São Paulo

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS) permitindo a liberação de 140.303 Letras Financeiras do Tesouro do

Estado de São Paulo. Esses títulos permanecem na carteira do Fundo da Dívida Pública, aguardando autorização para colocação e pagamento da oitava e última parcela remanescente dos precatórios judiciais do estado. O governador de São Paulo, Mário Covas, justifica, segundo o relator, que não foi constatada pela CPI qualquer irregularidade com relação à emissão desses papéis.

A CAE aprovou também parecer favorável do senador Levy Dias (PPB-MS) atendendo a solicitação da prefeitura do Rio de Janeiro para a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM). Os recursos obtidos serão usados para girar a dívida mobiliária do município. À tarde, o plenário aprovou a operação do Rio, em regime de urgência. Já o pedido de liberação das letras de São Paulo não chegou a ser votado pelo plenário.



Fogaça relatou o pedido paulista

Estado de São Paulo (LFTP). As letras estavam bloqueadas temporariamente por solicitação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou a emissão irregular de títulos públicos para pagamento de precatórios (dívidas judiciais), concluída em julho de 1997.

Cultura ao Meio-Dia mostra Sombras de Julho

Sombras de Julho é a atração de hoje do projeto Cultura ao Meio-Dia do Senado Federal. O filme de Marco Altberg será exibido ao meio-dia, no Auditório Petrólio Portella, com entrada franca.

Sombras de Julho conta a história de um conflito de terras entre dois fazendeiros de

uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. Participam do elenco Othon Bastos, Ângelo Antônio, Lu Mendonça e Roberto Caribé, entre outros.

O projeto Cultura ao Meio-Dia é uma iniciativa da Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal e acontece todas as quartas-feiras.

Governo federal pretende contratar operação de US\$ 74 milhões para modernizar embarcações e adquirir peças de reposição

CAE autoriza empréstimo para reequipar Marinha

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Romero Jucá (PFL-RR) favorável à solicitação do governo federal para contrair empréstimo junto ao Brazilian American Merchant Bank, no valor de US\$ 74 milhões, destinado ao Programa de Reparelhamento da Marinha. Segundo o relator, os recursos serão aplicados na modernização das fragatas classe Niterói e de corvetas. Novos torpedos serão adquiridos, assim como peças de reposição, inclusive para sonares.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) absteve-se na votação e defendeu a formação de uma comissão para redefinir o papel das Forças Armadas no Brasil. Para ele, com os acontecimentos dos últimos anos, como a aproximação com os países do Mer-



Romero Jucá apresentou parecer favorável

cosul e os avanços tecnológicos depois da Guerra do Golfo, comprar novos torpedos chega a ser um anacronismo:

– Torpedear a quem? A nós mesmos, pois estamos precisando de recursos para saúde, merenda escolar. E ninguém mais usa torpedo – disse Camata.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) argumentou que o Brasil tem uma costa

muito extensa e precisa precaver-se:

– Não se faz Marinha da noite para o dia. Precisamos dela pequena, mas eficiente.

Os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Joel de Hollanda (PFL-PE) também defenderam investimentos na Marinha. “Os torpedos são comprados para não serem usados”, disse Fogaça.

Elcio considera inconstitucional projeto de orçamento participativo

O senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado, anunciou que pedirá, em plenário, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se pronuncie sobre o projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que define a participação popular e de entidades da sociedade civil na elaboração dos orçamentos da União, estados e municípios.

Elcio questionou a constitucionalidade do projeto ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), durante a discussão do parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) contrário a uma emenda de plenário apresentada pelo senador Romero Jucá (PFL-RR). O parecer foi aprovado com as abstenções de Elcio e do senador Bello Parga (PFL-MA). A

proposta de Simon já havia sido aprovada pela CAE em reunião do dia 7 de abril. O projeto agora volta ao plenário do Senado.

Para Elcio Alvares, o projeto contém ilegalidade “gritante”, pois o Congresso Nacional estaria legislando sobre

orçamentos de estados e municípios. Simon argumenta que seu objetivo é conferir maior transparência à alocação de recursos:

– Tem gente no governo que quer a exclusividade de elaborar o Orçamento – afirmou Simon.



Elcio pedirá pronunciamento da CCJ sobre a proposta

Senadores autorizam empréstimos e refinanciamento de dívidas para seis estados, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Mais da metade do total vai para o Rio Grande do Sul

Plenário aprova R\$ 17,3 bi para estados

O Senado aprovou ontem mais dez operações de empréstimo e refinanciamento de dívidas de seis estados, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, promovido pelo governo federal.

Foram beneficiados os estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná. As operações autorizadas pelos senadores somam R\$ 17,3

bilhões. Desse total, mais da metade (R\$ 9,4 bilhões) se refere ao Rio Grande do Sul.

Quase todos os pareceres favoráveis aos empréstimos e refinanciamentos haviam sido aprovados de manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O primeiro parecer aprovado pela CAE, do senador Francellino Pereira (PFL-MG), permite contrato de abertura de crédito entre a União, o Rio Grande do Sul, o banco do estado (Banrisul) e a Caixa Econômi-

ca Estadual, no valor de até R\$ 1,98 bilhão. Esses recursos destinam-se a financiar o saneamento dessas instituições, com o objetivo de reduzir a presença do setor público estadual na atividade financeira e bancária.

cy, acrescentando que R\$ 543 milhões desses recursos foram para a GM e a Ford.

O segundo parecer aprovado, de autoria do senador João Rocha (PFL-TO), no valor de R\$ 9,42 bilhões, permite ao Rio Grande do Sul o refinanciamento de suas dívidas, ainda dentro do programa para reestruturação financeira dos estados.

Também faz parte desse refinanciamento o contrato de promessa de compra e venda de ações, firmado em abril deste ano, entre a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) e o Rio Grande do Sul, com a participação da Companhia Estadual de Energia Elétrica e da União.

Esse refinanciamento tem como objetivo equacionar as dívidas do estado, segundo o relator, e também faz parte de um conjunto de medidas de ajuste para que o Rio Grande do Sul possa reequilibrar suas contas a longo prazo.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, votou contra o parecer, alegando que, a partir de 95, o Rio Grande do Sul arrecadou R\$ 5 bilhões com a venda das empresas estatais, o equivalente ao total da dívida do estado no início do governo de Antônio Britto.

— No entanto, as dívidas só cresceram nesse período, pois os recursos não foram utilizados para a atenuação dos problemas financeiros do estado e pouco foram utilizados para investimentos na área social — disse Supli-

CAE avaliza operações de outros 4 estados

Os senadores também aprovaram ontem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), no plenário e na CAE, para o refinanciamento das dívidas de Santa Catarina, no valor de R\$ 1,55 bilhão, e dois pareceres do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) favoráveis à abertura de crédito e ao refinanciamento das dívidas de Pernambuco.

O primeiro parecer permite abertura de crédito para Pernambuco no valor de R\$ 1,49 bilhão, com a participação do Bandepe. O segundo parecer autoriza o refinanciamento, no valor de R\$ 163,6 milhões, das dívidas do estado.

A CAE também aprovou relatório favorável do senador João Rocha à solicitação do estado de Goiás para rolagem da dívida de R\$ 1,16 bilhão, dentro do Programa de Ajuste Fiscal.

Já o governo de Mato Grosso do Sul poderá refinarçar R\$ 903,6 milhões dentro do mesmo programa, de acordo com parecer favorável do senador José Fogaça, aprovado pela CAE.

PLENÁRIO APROVA

Por sua vez, o estado do Paraná poderá refinarçar dívidas de R\$ 519,9 milhões, graças ao parecer favorável do senador Francellino Pereira. As duas decisões sobre Mato Grosso do Sul e Paraná foram confirmadas, à tarde, pelo plenário.

Apesar da resistência do senador Romero Jucá (PFL-RR), a CAE aprovou pareceres favoráveis a pedidos do governo de Roraima para abertura de crédito ao Banco do Estado de Roraima (Baner), no valor de R\$ 33 milhões, e para refinanciamento de dívida de R\$ 7,2 milhões.

Jucá solicitou informações ao Banco Central e espera tê-las

em mãos antes que as autorizações de empréstimo sejam aprovadas pelo plenário do Senado. "Esses financiamentos irão apenas endividar o estado, que está inadimplente junto a entidades do Sistema Financeiro Nacional", afirmou.

Para a Bahia, a CAE aprovou parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA), que permite contrato de operação de crédito de R\$ 25,8 milhões para a recuperação da lavoura cacaujeira e o combate à praga, nessa lavoura, conhecida como vassoura-de-bruxa. À tarde, o plenário concordou com a operação.

Por fim, a CAE aprovou parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) à emenda do senador Emandes Amorim (PPB-RO) ao projeto de resolução que autoriza o refinanciamento de dívidas do estado de Rondônia no valor de R\$ 146,9 milhões.

Controlar dívida pública é competência da Casa

O acompanhamento da dívida pública é uma das atribuições de competência privativa do Senado, prevista na Constituição federal. Isso acontece graças ao regime federativo brasileiro, segundo o qual o Senado representa as unidades da Federação, enquanto a Câmara dos Deputados representa o povo.

O Senado pode autorizar o refinanciamento de dívidas de estados e municípios, permitindo que troquem sua dívida velha por uma nova, em outras condições de pagamento. Com essas operações, conseguem prazos melhores de pagamento da dívida, obedecendo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados proposto pelo governo federal.

A partir de 1992, a Comissão de Assuntos Econômicos passou a fazer uma avaliação mais detalhada sobre a situação da dívida pública. Para aprovar re-

financiamentos e operações de crédito, os 27 senadores titulares e suplentes que compõem a comissão examinam a procedência dos pedidos e a situação de cada estado e município que pede a autorização ao Senado. Durante as discussões, é comum senadores alertarem sobre riscos de comprometimento da receita do estado e votarem contra algumas operações financeiras, para evitar o aumento das dívidas.

O Senado intensificou o controle do endividamento de estados e municípios, em grande parte devido aos resultados da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que, em 1996, detectou a emissão irregular de títulos públicos para pagamento de dívidas judiciais, os precatórios.

Depois da CPI, ficou ainda mais difícil autorizar esse tipo de operação. Neste sentido, o plenário aprovou em junho resolução que intensifica o controle do endividamento, impondo novas condições para as futuras autorizações.

Paraná obtém verba para saneamento e habitação

O plenário do Senado aprovou ontem à tarde, em regime de urgência, duas solicitações de empréstimo do governo do Paraná junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no valor total de R\$ 78 milhões. Os recursos serão empregados em obras de saneamento e na construção de casas populares. As propostas haviam sido aprovadas, pela manhã, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

— Cabe ressaltar a importância social do crédito a ser viabilizado, enquadrando-se em área de grande demanda por parte das populações carentes, assim como viabilizadora de novos empregos — justificou o relator dos pedidos do estado, senador Bello Parga.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) manifestou-se contrário à autorização do financiamento. Segundo ele, o



Parga: novos empregos

Banco Central posicionou-se contra a operação por estar acima do limite estabelecido pelo Tesouro Nacional, apontando para a possibilidade do descumprimento do teto para despesa de pessoal.

Os senadores Carlos Bezerra e Gerson Camata (PMDB-ES) acompanharam o voto de Lúdio Coelho, na CAE.



Mauro: setor privado ajudou

Mauro elogia FHC por inaugurar usina em GO

Os 1.275 megawatts a serem gerados a partir de outubro pela usina hidrelétrica de Serra da Mesa serão suficientes para abastecer todo o estado de Goiás e o Distrito Federal, informou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Ele comemorou a inauguração pelo presidente Fernando Henrique Cardoso da usina, no mês passado, e destacou a importância do empreendimento para o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste.

— É preciso considerar que esses investimentos não geram empregos apenas durante a construção das usinas, mas são fortes indutores de futuros investimentos que virão a reboque, pela facilidade para instalação de agroindústrias, já que se trata de regiões de atividades predominantemente agrícolas — observou o senador.

Mauro Miranda explicou que a usina de Serra da Mesa foi integrada ao sistema energético Sul/Sudeste/Centro-Oeste e viabiliza a interligação com o sistema Norte/Nordeste. A hidrelétrica aproveita o potencial do rio Tocantins e regulariza o seu curso. Na ocasião também foi inaugurada a usina de Corumbá, que responde por novos 375 megawatts.

A participação do setor privado foi, na opinião de Mauro Miranda, fundamental para a conclusão das duas obras, "que vinham se arrastando desde 1984", e evitou o colapso energético na região. Para o senador goiano, a inauguração da usina de Serra da Mesa três meses antes da data prevista é prova da eficiência da parceria entre o Estado e o setor privado.

Decisão do Congresso de excluir entidade da jurisdição da Justiça comum, depois de uma longa negociação, é aplaudida pelo senador

Cabral enaltece papel de vigilância da OAB

"Defender a liberdade é a missão primordial do advogado. Sem ele, a vida em sociedade fica mais difícil, às vezes quase impossível", afirmou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao enaltecer o papel de vigilância exercido historicamente pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sobretudo em tempos de ditadura, quando ficam suspensos muitos direitos e garantias individuais.

Para Cabral, no regime democrático o trabalho da OAB continua, porém menos visível. "Por isso quero dar ciência ao plenário da atuação positiva do órgão, que conseguiu reverter um dispositivo da Medida Provisória 1651-43, que pretendia submeter o



Cabral: MP foi alterada

Conselho Federal e as Seccionais da OAB à jurisdição da Justiça comum, o que causaria mal irreparável à independência da entidade como um todo", enfatizou. "O diálogo franco e aberto deu resultado e o *Diário Oficial* de hoje (*ontem*) publicou a lei resultante da MP, excetuan-

do os conselhos da OAB."

EXCLUSÃO

O senador pelo Amazonas explicou ter a OAB negociado junto ao Congresso para excluir o órgão da regulamentação aplicada aos demais conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, que os transforma de autarquias em entidades de direito privado e, portanto, submetidas à Justiça estadual para as causas não envolvendo a fiscalização das profissões.

Em apertes, os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Francisco Benjamim (PFL-BA) defenderam a necessidade de a OAB manter sua plena independência, tendo em vista o papel relevante que presta à sociedade brasileira.

Jefferson lembra 4 anos do Real e diz que pobres ganharam

O quarto aniversário do Plano Real foi lembrado ontem no plenário pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM). Ele fez um histórico detalhado da inflação no Brasil, considerando o seu controle a maior realização da economia no país nos últimos 50 anos. O senador explicou as características da inflação brasileira, que apresentou altos índices durante longo tempo, associados a uma economia indexada. A soma destes fatores, segundo Jefferson, gerou uma cultura inflacionária que, "em 50 anos, 11 presidentes da República, seis planos de estabilização e duas gerações de brasileiros não puderam controlar".

Jefferson Péres ressaltou os benefícios do fim da inflação para a população de baixa renda, que não possuía mecanismos de defesa de seus salários. "A inflação é o que de mais perverso po-

dia se oferecer à população mais pobre", afirmou. O senador amazonense lamentou que "muitos tenham se esquecido dos efeitos da inflação sobre os salários", e associem o Plano Real ao desemprego e, a problemas na saúde pública.

— Esquecem-se de que a inflação é a forma mais perversa de exclusão social — explicou Jefferson Péres.

Em aparte, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) concordou com a análise de Jefferson e reservou para o Congresso Nacional uma função essencial para complementar o processo de estabilização. "É preciso que o Congresso acelere a votação das reformas, principalmente a tributária, e faça a reformulação da legislação trabalhista, o que tornará nossa economia mais competitiva e geradora de empregos", opinou.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) também destacou as reformas estruturais como necessárias para a ma-



Jefferson: inflação é perversa manutenção da estabilidade e registrou a "importante participação do ex-presidente Itamar Franco no controle da inflação".

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou que o Plano Real trouxe grandes benefícios à população menos favorecida. Lobão fez questão de ressaltar a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso na elaboração do plano, quando ocupava o Ministério da Fazenda.

Já o senador Francisco Benjamim (PFL-BA) disse que o Plano Real é um "divisor de águas" na História do Brasil pelo que representou para a imagem do país junto à comunidade internacional.



"É um abuso", denuncia Lobão

Lobão condena interdição de rodovia no MA

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apelou ontem ao ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Gustavo Krause, para que ele "ponha cobro aos excessos do Ibama", que ordenou a interdição da rodovia BR-226, cuja construção está sendo finalizada pelo governo estadual.

Conforme o senador, a BR-226 é uma das principais rodovias do estado e, apesar de planejada e iniciada no último governo Getúlio Vargas, estava inconclusa até que sua construção foi delegada ao governo maranhense. Ocorre que 23 quilômetros da rodovia, no trecho de 137 quilômetros que liga os municípios de Barra do Corda e Grajaú, atravessam uma reserva indígena cuja demarcação foi feita muito tempo depois da definição do traçado viário, explicou.

Ainda segundo Lobão, a Funai solicitou ao Ibama a interdição dos 23 quilômetros e este, "incompetente perante a lei e incapaz na sua ação administrativa", resolveu embargar toda a obra. O senador informou que a construção obteve licença da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e foi liberada pelo próprio Ibama, que agora teria retrocedido em sua posição.

— Trata-se de um abuso, que denuncio — enfatizou.

Para Lobão, a presença de madeiras da Malásia na Amazônia demonstraria cabalmente a incapacidade do Ibama em deter a devastação daquela região.

Ministro da Fazenda faz análise do desempenho da economia brasileira em entrevista à TV Senado e promete aumento da oferta de empregos, redução das taxas de juros e maior crescimento do PIB

Malan diz que desemprego cairá para 7%

A taxa de desemprego no Brasil deve cair dos atuais 8% para menos de 7%, talvez 6,5%, em dezembro deste ano, segundo afirmou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em entrevista à TV Senado.

O ministro atribuiu o crescimento do desemprego às medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo em outubro do ano passado, em resposta à crise asiática, mas frisou que esta é uma situação transitória.

Malan lembrou que a elevação das taxas de juros teve grande efeito sobre a atividade econômica e o emprego, mas que elas estão praticamente no nível em que estavam antes da crise.

Ele chamou a atenção para a situação do desemprego em países que não foram capazes de encontrar, a tempo, as medidas necessárias para lidar com o contexto internacional. O ministro da Fazenda observou que o custo pago pelo Brasil — uma elevação de 1,5 ponto percentual na taxa de desemprego — “é terrível”, mas deve ser comparado com o que aconteceria se o governo não tivesse tomado as medidas que tomou.

— Seguramente, a situação que teríamos hoje, em termos



O ministro Malan, em entrevista à TV Senado, previu que o Brasil deverá crescer 2% neste ano

de crescimento, inflação e desemprego, seria muito pior do que a situação que temos, que é transitória e passageira — disse o ministro.

MEDIDAS PREVISTAS

O desemprego também será reduzido com medidas de médio e longo prazos, segundo Malan. Ao lembrar que algumas estatísticas incluem entre os desempregados crianças maiores de dez anos que não estejam na escola, o ministro disse que também esse contingente deve diminuir em consequência de programas que o governo vem desenvolvendo, como o “Toda Criança na Escola”.

Quanto ao emprego para jovens sem qualificação, Malan lembrou o Planfor, programa do governo de treinamento, qualificação e requalificação de jovens.

JUROS MENORES

As taxas de juros cairão a partir de outubro deste ano, segundo o ministro da Fazenda, e continuarão em declínio ao longo do ano de 1999, o que vai permitir uma melhoria na situação fiscal do país.

Malan expressou a sua confiança nas condições do país de caminhar para reduzir, de forma sustentada, o déficit público e estabilizar a relação

de produtividade (“que são a base do crescimento sustentável”) e a continuidade do processo de melhoria das condições de vida da maioria da população.

Malan lembrou, ainda, na entrevista, que o crescimento da economia brasileira entre 93 e 97 foi, na média, de 4% ao ano, afirmando que esta não é uma taxa desprezível em nenhum país do mundo. Em 98, segundo o ministro, o crescimento econômico será da ordem de 2%.

A taxa de inflação este ano, segundo Malan, ficará entre 3% e 4%. O ministro lembrou que esta era a inflação registrada em três dias nos meses imediatamente anteriores ao lançamento do Plano Real.

da dívida total do setor público em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB).

Isto, segundo o ministro, irá consolidar os objetivos do Plano Real, que são o controle da inflação, a continuidade do processo de mudança estru-

TV Senado retransmite entrevista hoje

A TV Senado retransmitirá hoje, na íntegra, a entrevista com o ministro da Fazenda Pedro Malan. O programa entrará no ar em três horários: às 8h; após a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, marcada para as 10h; e depois da transmissão da sessão plenária, que começa às 14h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Lucio Alcântara (PSDB-CE) sobre a utilização do Viagra

7h30 - “Jornal da Amazônia”

8h - “Agenda Econômica Especial” com o ministro da Fazenda Pedro Malan sobre os quatro anos do Plano Real

10h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação da proposta de emenda constitucional que permite a participação do capital estrangeiro no setor de saúde

Logo após: “Agenda Econômica Especial” com o ministro da Fazenda Pedro Malan sobre os quatro anos do Plano Real

14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo) - votação do projeto que cria a região integrada da Grande Teresina

Logo após: “Agenda Econômica Especial” com o ministro da

Fazenda Pedro Malan sobre os quatro anos do Plano Real

20h30 - Telejornal “Congresso Hoje”

20h40 - “Senado em Pauta”

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal “Congresso Hoje”

2h - “Jornal da Amazônia”

2h15 - “Senado em Pauta”

2h30 - “Fala, Cidadão”

3h - Entrevista especial com a karateca Carla Ribeiro

4h - Entrevista com Adelmir Santana, presidente do Sindicato das Farmácias, sobre a falsificação de medicamentos

5h - Debate com o embaixador Oscar Lorenzo sobre o desarmamento nuclear

6h30 - Telejornal “Congresso Hoje”

6h40 - “Senado em Pauta”

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa “Fala, Cidadão”.

RÁDIO SENADO

7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)

10h - Comissão de Constituição e Justiça

13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)

14h15 - “Plenário em Revista”

14h30 - Sessão plenária

19h - “A Voz do Brasil”

22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

COMO SINTONIZAR A TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica, retransmissoras e operadoras de TV a cabo

- Satélite - B1 ■ Transponder - 1 BE (Banda Estendida) ■ Polarização: Vertical
- Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz ■ Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 hz
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz ■ Antena - 3,6 m LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído) ■ Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S Integrated Receiver/Decoder (IRD) Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)
- Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600 ■ Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

COMO SINTONIZAR A RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários: antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo), banda C; receptor ABR 200, ComStream; LBN DRO ComStream; 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F.

Informações técnicas: frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz; satélite: Brasilsat B2; Polarização: Vertical (RX); Modo: Joint-Stereo; Taxa: 128 Kbps-BPSK; Programação ABR: CC.1.11465600.256000.0FD 1,17,17

Localizado às margens do lago Paranoá e dedicado a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e de Brasília, o santuário foi criado para celebrar a memória do ex-deputado federal Luís Eduardo Magalhães

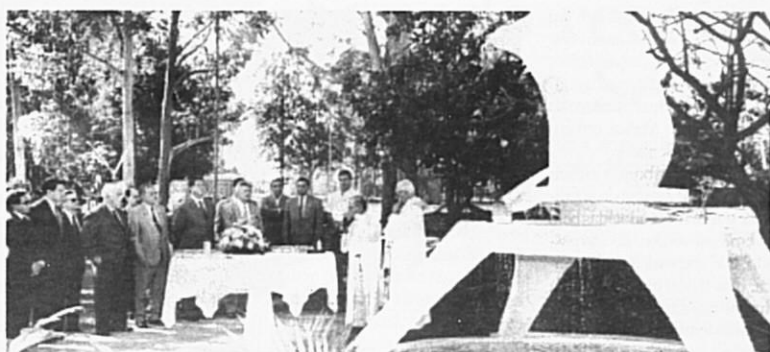
Clube do Congresso inaugura oratório

O Clube do Congresso inaugurou ontem um oratório dedicado a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e de Brasília. Ele foi criado para homenagear o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães. Presente à solenidade, o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado e do Congresso Nacional, ficou emocionado e destacou que ali "as pessoas poderão rezar por ele, pelo Brasil e, certamente, pelo Parlamento brasileiro".

Situado às margens do lago Paranoá, na sede campestre do clube, o oratório também ganhou uma placa, registran-

do de forma permanente a lembrança de Luís Eduardo: "A criação deste oratório é uma homenagem ao cidadão e homem público deputado Luís Eduardo Magalhães, pela força e grandeza de um fiel cumprimento de seus deveres no Parlamento da República. O seu brilho espiritual transcendeu a vida, marcando para sempre a sua história."

Orlando Salomão, diretor-tesoureiro do Clube do Congresso, recepcionou o senador Antonio Carlos, que elogiou a beleza e simplicidade do santuário, observando que "nenhuma homenagem (a seu filho, Luís Eduardo) poderia



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e servidores do Congresso prestigiaram a inauguração ser maior que um oratório". Ele fez questão de agradecer em seu nome e no de sua família, destacando ver a cada dia o nome do seu filho "mais glorificado entre os que serviram bem ao país e ao Parlamento, a que ele tanto dedicou sua vida".

Comissão define critérios para crédito educativo

A Comissão de Educação (CE) aprecia hoje, às 10h, em caráter terminativo, substitutivo do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) a projeto do senador licenciado Waldeck Omelas (PFL-BA) que fixa critérios



Joel de Hollanda

para aplicação dos recursos do crédito educativo. De acordo com o substitutivo, os recursos destinados ao Programa de Crédito Educativo serão aplicados por grandes regiões,

como tal definidas pelo IBGE, buscando, principalmente, compensar as diferenças do número de estudantes de nível superior em relação à população.

Outras duas propostas, que dispõem sobre a unificação das datas dos vestibulares nas universidades federais, também estão incluídas na pauta de hoje da CE. A comissão deve examinar ainda seis renovações de concessões de rádios FM e de um canal de TV.

Palmeira homenageia escritor de Alagoas

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) registrou a morte do contista e memorialista alagoano Aloísio Costa Melo, ocorrida no dia 18, em Maceió. Segundo o senador, trata-se de uma perda que não atinge só a vida cultural de Alagoas, abalada há pouco mais de um mês com a morte de um de seus maiores intelectuais, o escritor Carlos Moliterno: - Abala, sobretudo, sua fa-

mília e seus admiradores, que, como eu, se habituaram a ver nele a expressão de uma época que revelou tantos talentos que, como em seu caso, inspiraram uma vida de dedicação a seu trabalho, a sua atividade profissional e a suas idéias.

Palmeira informou que Aloísio Costa Melo era membro da Academia Alagoana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

CCJ aprecia voto distrital e capital estrangeiro na saúde

A proposta de emenda constitucional que institui o voto distrital misto poderá ser votada hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), a proposta determina que as cadeiras na Câmara dos Deputados sejam ocupadas, em parte, por representantes eleitos em distritos a serem definidos pela Justiça Eleitoral. O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), apresentou substitutivo fixando em 75% o número de cadeiras a serem preenchidas pelo voto distrital, per-

manecendo o restante no sistema proporcional, a partir de lista apresentada pelos partidos.

"A restrição do espaço de atuação imposta pela menor circunscrição eleitoral dificulta a prática de corrupção; o poder econômico terá sua influência dificultada pela maior fiscalização dos eleitores; será estimulado o surgimento de lideranças autênticas, já que o sistema faz valer a vontade do eleitor dos distritos mais afastados" - afirma Fogaça em seu relatório, enumerando as vantagens do sistema distrital misto.

Outra proposta de emenda

constitucional na pauta da CCJ é a que permite a participação do capital estrangeiro na exploração dos serviços de assistência à saúde. O autor da proposta, senador Júlio Campos (PFL-MT), entende que a exclusão do capital estrangeiro do setor só traz prejuízos à sociedade. O relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), defende sua aprovação, argumentando que a entrada do capital estrangeiro provocará a concorrência.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) emitiu voto em separado, contrário à proposta.

É preciso baixar os juros, diz Odacir

O Brasil só irá crescer, criar empregos e novas oportunidades de desenvolvimento se as taxas de juros forem mais racionais, civilizadas e próximas dos padrões internacionais. A opinião foi manifestada pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), que apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso "para que se mantenha firme e perseverante na decisão de reduzir as taxas de juros".

Odacir observou que o Brasil tem sido um dos países mais afetados pelos efeitos adversos da grave crise nas economias asiáticas, pois a grande dependência de capitais externos, necessários ao financiamento do desenvolvimento, obriga-o a adotar políticas fiscais e monetárias muito



Odacir Soares

restritivas, "geradoras de desemprego e de queda na renda nacional". Enfatizou que a economia brasileira vem sendo prejudicada por manter taxas de juros das mais elevadas de todo o mundo, o que aumentou fortemente o déficit público e destruiu muitas empresas e pequenos produtores.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E LUCÍDIO PORTELA